

Quem disse ?

«Antes de apelar à outra esquerda parlamentar, o PS deveria encontrar a que ainda exista dentro dele»

Manuel Alegre
Expresso, 9 de Setembro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



NAS BANCAS

Remodelação do Governo socialista

Um sinal de fidelidade aos eleitores

Os três grandes objectivos da remodelação, terça-feira anunciada, foram «garantir uma mais eficaz coordenação central do Governo», resolver alguns problemas de orgânica deste Executivo e «dar um sinal claro da fidelidade ao espírito dos Estados Gerais».

De acordo com o primeiro-ministro, António Guterres, o primeiro destes objectivos é da sua responsabilidade, já que tem de estar rodeado de «um núcleo duro de colaboradores de grande capacidade e eficácia que ajudem a garantir essa coordenação central do Governo». O segundo objectivo foi resolver alguns problemas que decorriam da própria orgânica do Governo, onde, independentemente da qualidade pessoal dos ministros – e em muitos casos foi excepcional, – a verdade é que essa orgânica tornava impossível que eles pudessem ter êxito na concretização das suas tarefas». António Guterres fez também questão de aproveitar a ocasião para saudar expressamente os ministros que agora vão deixar o Governo. Na perspectiva do secretário-geral do Partido Socialista, revela-se correcta a sua decisão de não aumentar o preço dos combustíveis. «Se tivesse seguido os conselhos da oposição, estaríamos agora como tantos países europeus que decidiram seguir os preços do mercado e onde se verificam condições de instabilidade extremamente graves». António Guterres também lembrou que o país se aproxima do pleno emprego e que o crescimento tem por isso de ser conseguido não sobretudo com mais emprego mas com mais produtividade nas empresas. O novo ciclo, acrescentou, «tem de ser vivido com consciência social», afirmou ainda o primeiro-ministro, para quem no passado isso se conseguia por vezes «graças à possibilidade de aumentar a despesa pública social».

Presidente da República recebeu Rei Juan Carlos

Portugal e Espanha na vanguarda da integração europeia



O Presidente da República destacou segunda-feira, primeiro dia de visita oficial do Rei de Espanha a Portugal, «a história de sucesso» que caracteriza as relações entre os dois países ibéricos, saudando o estatuto de ambos no quadro da União Europeia, NATO, e defendendo um aprofundamento do conhecimento mútuo. O chefe de Estado, que falava durante o banquete que ofereceu aos reis de Espanha, no Palácio Nacional da Ajuda, sublinhou também a «fase de grande dinamismo e maturidade» que atravessam as relações entre os dois países. Nesse contexto, lembrou o caminho percorrido nos últimos 20 anos, qualificando a entrada de ambos os países na União Europeia como «uma viragem histórica» no relacionamento bilateral. «Portugal e Espanha estão na vanguarda do processo de integração europeia e o seu relacionamento bilateral é mais intenso do que nunca», afirmou Jorge Sampaio.



Sociedade & País

Um dia sem carros Um milhão de bilhetes para transportes colectivos



Está tudo a postos para o Dia D. Trata-se do «dia sem carros» em que milhares de cidadãos das grandes cidades vão poder usufruir de uma grande qualidade de vida proporcionada pela ausência dos veículos individuais do nosso egoísmo.

Sociedade & País

Ano lectivo 2000/2001 Currículos alternativos «seduzem» pupilos



Mais de dois milhões de alunos do ensino básico e secundário iniciaram segunda-feira, dia 11, o ano lectivo 2000/2001. O arranque do ano lectivo prolonga-se até 18 de Setembro e é também válido para as cerca de 230 mil crianças do ensino pré-escolar.



Guterres reforça Governo

O primeiro-ministro, António Guterres, cumpriu, terça-feira, aquilo que tinha já anunciado em Agosto, no comício de Esposende, ao deixar em aberto a possibilidade de promover uma reorganização do Governo para enfrentar novos desafios, novas responsabilidades ou novos problemas.

Esta remodelação, agora anunciada, vem garantir uma maior eficácia à coordenação central do Governo, permitindo simultaneamente a resolução de alguns problemas de orgânica e dar um claro sinal de fidelidade ao espírito dos Estados Gerais.

António Guterres que apresentou ao País a sua nova equipa governativa na Residência Oficial de S. Bento, reafirmou a sua total disponibilidade para a coordenação no sentido de dar um novo impulso ao Governo. Para isso, sublinhou, «tenho que estar rodeado de um núcleo duro de colaboradores de grande capacidade e eficácia que me ajudem a garantir essa coordenação central do Governo».

Para Guterres, esta remodelação tem três grandes objectivos. Além de uma melhor coordenação central do Executivo, o primeiro-ministro apontou como segundo objectivo a resolução de «alguns problemas que decorriam da própria orgânica do Governo onde, independentemente da qualidade pessoal dos ministros, a verdade é que essa orgânica tornava praticamente impossível que eles pudessem ter êxito na concretização das suas tarefas».

Como terceiro objectivo desta remodelação, Guterres teve em vista a fidelidade ao espírito dos Estados Gerais e de abertura à sociedade civil, de reforço da participação dos cidadãos independentes.

Esta remodelação permitiu a António Guterres reforçar a sua equipa e prepará-la para os novos desafios que avizinham, emendando «alguns erros cometidos» na formação do anterior Executivo realizada, como se sabe, pouco antes do início da presidência portuguesa da União Europeia.

Reforçando a ideia já afirmada durante a sua intervenção no comício de Esposende, Guterres voltou a falar «no novo ciclo político lembrando que o País se aproxima do pleno emprego e que o crescimento tem por isso de ser conseguido não sobretudo com mais emprego mas com mais produtividade nas empresas». «Agora temos mais limitações e, por isso, tem de ser sobretudo ao nível da justiça social que o vamos conseguir», salientou ainda, ao afirmar que «um dos grandes objectivos já do próximo Orçamento do Estado é aprofundar a reforma fiscal, começando desde logo pelo IRS com duas medidas fundamentais».

Guterres aproveitou ainda para relembrar aos portugueses e à oposição que se tivesse seguido os conselhos desta, Portugal, estaria hoje a atravessar graves problemas de instabilidade como tantos países da Europa que decidiram seguir os preços do mercado. A sua decisão de não aumentar este ano os preços dos combustíveis que foi tão criticada, parece colher agora a compreensão e o entendimento de todos os portugueses. Afinal, a oposição grita, grita, mas não pensa.



NA MORTE DE FRANCISCO RAMOS DA COSTA

A morte do camarada Francisco Ramos da Costa, um dos três fundadores da Acção Socialista Portuguesa (ASP), em 1964 - juntamente com Mário Soares e Manuel Tito de Morais - que seria o embrião do PS (partido de militantes, do punho erguido e da bandeira vermelha), era a triste manchete da edição de 9 de Setembro de 1982 do «Acção Socialista». Três páginas eram dedicadas a Francisco Ramos da Costa - perfil biográfico, reportagem da cerimónia fúnebre e artigo de opinião de Mário Soares -, ineterato lutador antifascista, insigne democrata e militante socialista, que dedicou parte da sua vida à luta contra a ditadura salazarista, o que lhe valeu a prisão e o exílio.

Numa página, o então secretário-geral do PS, Mário Soares, prestava ao seu amigo e camarada uma «homenagem singular» onde referia o percurso do homem íntegro e político de causas.

«Ramos da Costa faz parte do património cultural e moral do nosso partido. É um exemplo para todos nós», salientava Mário Soares.

J. C. CASTELO BRANCO

9 de Setembro

Quem disse?

«Continuar a penalizar o trabalho é fazer o jogo dos que sonham regressar a um regime opressor»

Torres Couto



Timor-Leste: Governo português apoia início do ano lectivo com 183 mil livros

O Governo português vai enviar para Timor-Leste 183 mil livros escolares e diverso material didáctico de apoio, incluindo quatro mil dicionários de tétum-português, destinados ao primeiro ano lectivo oficial timorense depois do referendo de Agosto de 1999.

Anteriormente, tinham já sido enviados cerca de 600 mil livros. A acção enquadra-se no apoio concedido pelo Estado português ao Plano de Educação Nacional de Timor-Leste e o seu custo, que ascende

a mais de 185 mil contos, é suportado pelo Comissariado para o Apoio à Transição em Timor Leste (CATTIL), através da ajuda bilateral definida no programa Indicativo da Cooperação com Timor-Leste 2000.

O material escolar, cujo peso total ascende a 84 toneladas, abrange as disciplinas de Português, Matemática e Estudo do Meio, entre o 1º e o 6º ano de escolaridade, e a sua selecção coube ao Ministério da Educação português, em acordo com as competentes autoridades timorenses.

Desemprego desce pelo 44º mês consecutivo

O espantallo da crise levantado pela direita é um colossal embuste. Os dados sociais e económicos que vão sendo publicados aí estão para desmontar esta campanha populista, demagógica da direita, a braços com uma luta sem tréguas entre Durão e Portas.

O número de inscritos nos centros de emprego do IEFP desceu 7,8 por cento para 312.476 pessoas em Agosto face a igual mês do ano passado. Agosto foi o 44º mês consecutivo de quebra homóloga do desemprego registado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Açores: «Leader» com 3,7 milhões para as ilhas

O programa comunitário de desenvolvimento rural «Leader» vai disponibilizar 3,7 milhões de contos (18,5 milhões de euros) até 2006 para financiar projectos dos Açores.

A informação foi avançada pelo secretário regional da Agricultura e Pescas, Fernando Lopes, numa conferência de Imprensa, na Horta, para apresentação do plano de enquadramento regional da medida comunitária.

Segundo Fernando Lopes, o «Leader» está vocacionado para projectos de pequena

dimensão, apoiando investimentos no meio rural que valorizem o ambiente, o património cultural e agriculturas tradicionais.

O plano de enquadramento regional do programa ficará à discussão pública no arquipélago durante o mês de Setembro, adiantou o secretário regional.

No âmbito do «Leader» II, que antecedeu o programa agora apresentado, foram aprovados 875 projectos açorianos, no valor global de 3,3 milhões de contos (16,5 milhões de euros), que possibilitaram a criação de 276 postos de trabalho.

Guterres garante: combustíveis manterão preço até final do ano

O primeiro-ministro, António Guterres, reafirmou, na passada quinta-feira, que não haverá aumento dos preços dos combustíveis em Portugal até ao final do ano.

«Até ao fim do ano não», disse o chefe do Executivo socialista, em Nova Iorque, quando foi questionado pelos jornalistas sobre o continuado aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais e as implicações no preço dos combustíveis em Portugal.

Os preços do petróleo continuaram esta semana a bater máximos dos últimos dez anos, superando a barreira dos 30 dólares por barril.

O primeiro-ministro português, que se encontrou no dia 7 com chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), terminou uma visita de quatro dias a Nova Iorque, onde se deslocou para participar na Cimeira do Milénio sobre o futuro da ONU no século XXI.



VISITA OFICIAL

Presidente da República recebeu Rei Juan Carlos

PORTUGAL E ESPANHA NA VANGUARDA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

O Presidente da República destacou segunda-feira, primeiro dia de visita oficial do Rei de Espanha a Portugal, «a história de sucesso» que caracteriza as relações entre os dois países ibéricos, saudando o estatuto de ambos no quadro da União Europeia, NATO, e defendendo um aprofundamento do conhecimento mútuo. O chefe de Estado, que falava durante o banquete que ofereceu aos reis de Espanha, no Palácio Nacional da Ajuda, sublinhou também a «fase de grande dinamismo e maturidade» que atravessam as relações entre os dois países. Nesse contexto, lembrou o caminho percorrido nos últimos 20 anos, qualificando a entrada de ambos os países na União Europeia como «uma viragem histórica» no relacionamento bilateral. «Portugal e Espanha estão na vanguarda do processo de integração europeia e o seu relacionamento bilateral é mais intenso do que nunca», afirmou Jorge Sampaio.

Durante o seu discurso, ainda em referência às relações bilaterais, o chefe de Estado destacou as cimeiras anuais e os convénios negociados na esteira dos crescentes contactos institucionais, nomeadamente a Convenção sobre Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (1998), a Convenção da Cooperação Transfronteiriça, em negociação, e a possibilidade, no quadro da Agenda 2000, de dotar os dois países de novas infra-estruturas rodoviárias e portuárias. Tudo fruto de uma intensificação de contactos que contam, nas palavras do Presidente da República, «uma história de sucesso» em que não faltam, todavia, «ocasionais atritos e conflitos de interesses em domínios de relevância estratégica», a que é necessário «responder com sabedoria, prudência e respeito». Para tal, Jorge Sampaio afirmou ser necessário um melhor conhecimento entre os dois países, uma aprendizagem da valorização da «identidade, especificidade e diversidade» de ambas as nações e a assunção, «de forma clara e inequívoca», dos interesses comuns dos dois Estados e dos «valores partilhados da democracia, do respeito pelos Direitos Humanos, da solidariedade». Nesse contexto, o Presidente da República expressou a sua indignação «perante a sucessão de actos criminosos» que têm abalado a Espanha nos últimos meses e reafirmou ao monarca espanhol a solidariedade e a cooperação de Portugal «no combate ao terrorismo». Quanto ao futuro, Jorge Sampaio identificou como linhas de rumo que



aproximam os dois países e sublinham as respectivas responsabilidades internacionais, o estatuto de ambos como membros da União Europeia e da NATO, a prioridade que atribuem ao reforço das relações com os países da orla do Sul do Mediterrâneo e o empenho comum na criação de uma comunidade ibero-americana. Igualmente no contexto europeu, o Presidente da República reafirmou o apoio de Portugal e Espanha, «sem reservas ou ambiguidades», ao alargamento da União Europeia, assim como a vontade de aprofundar o processo de integração europeia, através da evolução das instituições comunitárias.

Um mundo justo e solidário

A concluir, o chefe de Estado caracterizou a Espanha como «um país vibrante, que impressiona pelo seu dinamismo económico, criatividade intelectual e diversidade cultural» e de cuja união Juan Carlos e Sofia «são o símbolo». Portugal, por seu lado, é actualmente «uma Nação confiante no seu futuro com ligações

profundas à África, América Latina e Ásia», com Timor-Leste a merecer uma referência especial do Presidente da República pelo empenho do nosso país «em garantir, ao lado das Nações Unidas e dos responsáveis timorenses, a reconstrução nacional e um caminho pacífico para a independência». Sublinhando o importantíssimo legado cultural de ambos os países e a possibilidade de o «disseminar no mundo», Jorge Sampaio terminou o seu discurso com uma mensagem de optimismo e confiança, declarando-se confiante nas condições que permitirão «erguer ainda mais alto o prestígio de Portugal e Espanha na comunidade internacional». Antes, durante a sessão de boas-vindas ao monarca espanhol, tanto Juan Carlos, como o Presidente da República, haviam realçado o paralelismo de Portugal e de Espanha por contribuírem para um mundo mais justo, solidário e pacífico. Jorge Sampaio recordou que «há cinco séculos os dois países ibéricos lançaram-se numa aventura de descoberta, exploração e colonização que abriu o mundo à Europa». Hoje, 25 anos depois de terem rompido o

isolamento imposto pelos «arcaicos regimes autoritários que os governavam», Portugal e Espanha «reencontraram-se com a Democracia, que lhes restituiu a dignidade, a liberdade e a justiça, e lhes abriu as portas da Europa». De acordo com o chefe de Estado, esta mudança «crucial fez escola e alastrou, nos anos seguintes, desde a América Latina até à Europa Central e Oriental, anunciando uma viragem na política internacional».

Dois países com destino comum

Segundo Jorge Sampaio, «foi mais uma vez da Península Ibérica que partiu um sinal precursor desse novo ciclo de globalização em que nos encontramos, o qual, ao contrário dos anteriores, não se desenrola já sob o signo do espírito de conquista, mas sob a égide da democracia, da economia de mercado e do respeito pelo indivíduo». O simbolismo do local onde decorreu a cerimónia de boas vindas, junto à Torre de Belém, foi destacado tanto por Jorge Sampaio, como pelo Rei Juan Carlos, que não deixaram de recordar a fase histórica dos descobrimentos dos dois países, embora «cada um à sua maneira».

«Esta torre, jóia e síntese do Oriente e do Ocidente, evoca-nos memórias históricas longínquas e ao mesmo tempo muito próximas para mim», disse por sua vez o rei Juan Carlos, que acrescentou que «séculos depois, esta mesma torre continua a mostrar o futuro de todos os europeus num mundo mais justo, mais solidário e em paz». Juan Carlos também não deixou de sublinhar as boas relações entre os dois estados ibéricos e de recordar com satisfação «os tempos memoráveis» que passou em Portugal durante parte da sua infância, no Estoril. O monarca espanhol quis frisar que ele e mulher, a rainha Sofia, queriam começar a visita oficial «com uma mensagem de profundo respeito da Espanha pela mulheres e homens, pela História e pela querida terra de Portugal».

Após a cerimónia, que contou com as honras militares prestadas por pelotões da Escola Naval, da Academia Militar, da Força Aérea e de uma banda da Armada, para além de uma salva de tiros de uma das três fragatas estacionadas frente à Torre, os reis seguiram para o Palácio de Belém para a troca de condecorações, presentes e o primeiro encontro de trabalhos entre Juan Carlos e Jorge Sampaio. O Presidente da República e a mulher, Maria José Ritta, ofereceram uma roca de prata à primeira neta dos reis de Espanha, nascida no passado sábado. O Presidente da República recebeu um relógio com o brasão dos reis de Espanha e Maria José Ritta duas compoteiras de cristal, cópias de peças que se encontram nos palácios reais espanhóis.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AMBIENTE

O ministro do Ambiente, José Sócrates, garantiu quinta-feira, no Porto, que o problema do saneamento básico em Portugal ficará resolvido nos «próximos seis anos», porque «existem condições e dinheiro para o fazer».



Na Área Metropolitana do Porto – de acordo com o governante – o prazo para resolver «o problema da poluição do troço final do rio Douro termina em 2004».

Sócrates, que falava na inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais do Freixo e apresentação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais do Grande Porto, defendeu uma «empresarialização» do sector.

«O que propomos é que seja a mesma empresa que põe água de qualidade na mesa a responsabilizar-se pela eliminação e tratamento dos efluentes domésticos e industriais e que esse objectivo seja baseado numa estratégia de integração territorial, que permita planejar infra-estruturas a nível supramunicipal e uma maior eficiência na gestão do sistema», sublinhou.

«É por isso, acrescentou, que apresentamos um sistema para o Grande Porto que vai tratar toda a área da bacia do Douro, Tâmega e Paiva e que é fundamental para devolver a qualidade ao troço final do Douro».

Nos próximos quatro anos, de acordo com o ministro, irá desenvolver-se um sistema multimunicipal para o saneamento idêntico ao que já foi feito com a água.

ENSINO SUPERIOR

Os reitores receberam, no dia 12, a garantia de que até Dezembro serão desativados 31,2 milhões de contos, «a um ritmo que não gere problemas às universidades», afirmou o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

No final da reunião do CRUP – que contou também com a presença dos secretários de Estado do Ensino Superior, José Reis, e do Orçamento, Fernando Pacheco –, o presidente do Conselho de Reitores, Júlio Pedrosa, acrescentou que foi avaliada «a possibilidade de serem disponibilizadas verbas adicionais de forma a ser satisfeito

o compromisso do aumento salarial da função pública».

Em discussão esteve ainda o que o CRUP considera ser um problema que deverá estar sempre presente na agenda, ou seja, a impossibilidade, verificada nos últimos anos, de avançar ao ritmo que as universidades desejam relativamente ao crescimento do orçamento.



Assim, os reitores querem saber em que medida este problema pode ter agora uma contribuição plurianual, quer em termos do orçamento no âmbito do quadro comunitário de apoio, quer em termos de discussão com o Ministério das Finanças. O objectivo é «conjuguar o actual modelo de financiamento das universidades públicas», que envolve o Ministério da Educação e as instituições de ensino superior, com uma análise que inclua também o Ministério das Finanças.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento Social exortou, no dia 7, o Instituto Portuário do Centro (IPC) e a autarquia da Figueira da Foz a colaborarem mutuamente, durante a visita que efectuou ao Porto Comercial daquela cidade.



«O porto e a Figueira da Foz terão de trabalhar de mãos dadas para encontrarem soluções de requalificação desta área» afirmou Jorge Coelho.

Presidente da autarquia laranja, Santana Lopes, concordou e salientou que autarquias e portos de Portugal viveram durante décadas de costas voltadas.

As instalações alfandegárias junto à marina cedidas pelo Instituto Portuário a uma associação da cidade e também o arrastar do processo à volta da construção da piscina oceânica são disso exemplo.

O ministro do Equipamento, que visitou as obras em curso na estrutura portuária acompanhado do secretário de Estado dos Portos, Narciso Miranda, destacou o «investimento significativo da mais de oito milhões de contos que vai transformar por completo o porto da Figueira da Foz».

«É de uma importância tremenda esta capacidade em servir de elemento dinamizador», frisou Jorge Coelho revelando, por outro lado, que o investimento já realizado tem vindo a permitir «que a Soporcel esteja a desenvolver transporte de papel através do porto».

JUSTIÇA

A ala «F» do Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL), com 107 celas individuais, todas com casa de banho e duche e destinadas a presos preventivos, foi inaugurada, no dia 11, pelo ministro da Justiça, António Costa.



Com esta obra, que atingiu os 628 mil contos, o titular da pasta da Justiça pretende melhorar não só a capacidade de lotação do sistema prisional (que tem vindo a aumentar), mas a qualidade e a dignidade das instalações em que funcionam as cadeias portuguesas.

Além dos bons materiais utilizados na construção das celas e das casas de banho, as mesmas dispõem de extensão para TV Cabo, dispondo ainda a ala «F» do EPL de um moderno ginásio, biblioteca, refeitório/bar e gabinetes técnicos.

«Com esta inauguração conclui-se o processo de remodelação de todas as alas do EPL onde, felizmente, já temos condições para fazer aquilo que desejamos fazer em todos os estabelecimentos prisionais, que é tratar de uma forma diferenciada os diferentes reclusos consoante as suas especificidades».

Segundo António Costa, a ala «F»,

juntamente com uma outra do EPL, recebe exclusivamente presos preventivos, ou seja, reclusos que aguardam julgamento e uma «decisão final do tribunal».

«Neste momento, aqui no EPL, cada uma das alas está vocacionada exclusivamente para um tipo de reclusos», disse o governante, que esteve acompanhado dos secretários de Estado Eduardo Cabrita e Diogo Machado e do director-geral dos Serviços Prisionais, Celso Manata.

Desfazendo qualquer equívoco sobre a forma como os reclusos são tratados, António Costa frisou que o padrão de qualidade aplicado à ala «F» do EPL está a ser estabelecido de forma idêntica para todo o tipo de presos, desde que o Governo passou a fazer um «grande investimento» nas cadeias a partir de 1996.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Jaime Gama repudiou sexta-feira a crescente violência desencadeada pelas actividades das milícias em Timor Ocidental, que coloca em risco o processo de transição de Timor-Leste, e apelou às autoridades indonésias que controlem rapidamente a situação.



É este o teor da mensagem que o ministro dos Negócios Estrangeiros fez chegar ao seu homólogo indonésio, Alwi Shihab.

Reconhecendo as diligências já tomadas pelo Governo indonésio no sentido de identificar os responsáveis pela morte de dois membros da Força de Paz da ONU destacada em Timor-Leste, Gama manifestou-se preocupado com os «acontecimentos trágicos de Atambua» e com os «relatos de 11 mortes em Betun e perseguições aos funcionários de agências e organizações humanitárias».

O governante apelou às autoridades que façam cumprir as declarações do Presidente Abdurrahman Wahid que anunciou que a «situação em Timor Ocidental seria controlada».

«Esperamos que as vossas forças militares desarmem as milícias e consigam controlá-las de forma efectiva», transmitiu.

O ministro dos Negócios Estrangeiros alertou ainda para o facto da «instabilidade criada pelas milícias pode impedir a resolução do problema dos refugiados» e «ameaçar a paz e a segurança em Timor».

PELO PAÍS

Governança Aberta

Leste, colocando em perigo a transição para a independência.
«As actividades das milícias prejudicam também a credibilidade do novo regime da Indonésia», acrescentou.

TRABALHO

Mais de cem mil beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), desocupados, serão chamados pelos Centros de Emprego, até final do ano, para serem inseridos em programas de formação ou de emprego, disse, no dia 7, em Lisboa, o ministro do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues.

A recusa em aceitar propostas dos centros de emprego resultará em penalizações.

Esta é uma das medidas anunciadas governante em resposta à nova situação caracterizada pelo aumento do emprego e descida da taxa de desemprego dos últimos anos.

A aposta do Executivo, segundo disse Ferro Rodrigues, é agora «na qualidade do emprego».

Para além do RMG, estão na mira do Ministério e dos seus serviços, nomeadamente de inspecção, as fraudes e os incumprimentos da legislação referentes às várias situações de trabalho ilegal, abuso dos recebidos verdes e dos contratos a

prazo, falso trabalho independente, mas também imigrantes ilegais ou trabalho infantil.



Com vista a «atacar» um outro problema, do desemprego dos jovens e do de longa duração, as empresas vão receber incentivos à passagem do contrato a prazo para contrato sem termo, «se isso for feito no fim do primeiro contrato, ou seja, ao fim de seis meses», adiantou Eduardo Ferro Rodrigues.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 8 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que define medidas dirigidas à generalização da prática de aquisição de bens e serviços por via electrónica pela Administração Pública;
- Decretos-lei que constituem duas sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, a Sociedade Beja Polis, SA (Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Beja) e a Sociedade Vila Real Polis, SA (Sociedade de Requalificação Ambiental e Urbana de Vila Real);
- Um decreto-lei que estabelece o regime de aprovação e de circulação na via pública dos comboios turísticos;
- Uma resolução que atribui à Associação 25 de Abril uma verba com vista à satisfação dos encargos financeiros decorrentes das acções integradas nas Comemorações do 25º Aniversário do 25 de Abril de 1974;
- Um decreto-lei que prorroga até 31 de Dezembro de 2000 o funcionamento em regime de instalação do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e da Escola Superior Agrária de Elvas;
- Um decreto-lei que estabelece o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e Hortícolas e os princípios e condições da certificação e comercialização dessas variedades, incluindo as geneticamente modificadas e os recursos genéticos de reconhecido interesse, transpondo para o ordenamento jurídico nacional as respectivas directivas comunitárias;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA a cunhar uma moeda comemorativa alusiva ao Cavalito Lusitano, com o valor facial de mil escudos, integrada na IV Série Ibero-Americana «O Homem e o seu Cavalito»;
- Uma resolução que ratifica o Plano Director Municipal de Beja (revisão).



PORTUGAL SOCIALISTA



NAS BANCAS

**INTERNACIONAL SOCIALISTA
SOCIALISTAS NO MUNDO**

TECNOLOGIAS CHEGAM PARA FICAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Governo socialista deu luz verde, no dia 8, a uma resolução que define medidas dirigidas à generalização da prática de aquisição de bens e serviços por via electrónica pela Administração Pública.

A decisão, que foi tomada na passada reunião de Conselho de Ministros, engloba o Plano de Acção da Iniciativa Internet, recentemente aprovado (resolução n.º 110/2000, de 22 de Agosto) e elenca um conjunto de objectivos a alcançar no que respeita ao uso da Internet pela Administração Pública e pelos cidadãos nas suas relações com esta. A medida visa definir e lançar nos diferentes serviços programas de desburocratização apoiados nas oportunidades abertas pelas tecnologias de informação.

A generalização do comércio electrónico em toda a Administração, a reforma da Central de Compras do Estado para a dinamização da aquisição de bens e serviços por via



electrónica e a flexibilização do regime de aquisição de bens e serviços pelo Estado tendo em vista a concretização dos objectivos desta iniciativa, são duas das metas propostas para esta iniciativa que também promete centuplicar o volume do comércio electrónico das empresas

portuguesas nos próximos três anos, para o que muito contribuirá a generalização da prática de correio electrónico pelo Estado.

Noutra frente, o Plano de Acção «Europe 2002», adoptado durante a presidência portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia, chama a atenção para as vantagens das práticas de comércio electrónico no seio das Administrações Públicas e aponta a necessidade do seu desenvolvimento.

O Executivo considera ainda importante garantir que, aos benefícios da utilização generalizada pela Administração Pública de sistemas de comércio electrónico permaneçam associadas garantias de que serão asseguradas, nomeadamente, a eficiência e transparência na gestão dos sistemas, assim como as condições de concorrência e de equidade em relação a todos os fornecedores.

Neste sentido, impor-se-á, designadamen-

te, regular de forma adequada a constituição e funcionamento de eventuais parceiras entre o sector público e o sector privado para a gestão dos sistemas de comércio electrónico.

Este diploma vem mandar os ministros do Equipamento Social, das Finanças, da Ciência e da Tecnologia e da Reforma do Estado e da Administração Pública para proporem formas e meios de actuação tendentes à generalização das práticas de comércio electrónico na Administração Pública e prepararem os projectos legislativos necessários à prossecução deste objectivo, designadamente no que se refere à legislação reguladora das aquisições de bens e serviços pela Administração Pública. Estas medidas devem ser tomadas no prazo máximo de três meses a contar da data da entrada em vigor do diploma, cabendo ao ministro da Ciência e da Tecnologia a coordenação da sua execução.

POLIS EM BEJA E VILA REAL

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 8, decretos-lei que constituem duas sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, a Sociedade Beja Polis, SA (Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Beja) e a Sociedade Vila Real Polis, SA (Sociedade de Requalificação Ambiental e Urbana de Vila Real).

Uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento constitui uma das prioridades políticas da acção do Governo. Justifica-se, assim, segundo o Executivo socialista, a adopção de medidas excepcionais em matéria de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades portuguesas.

Essas medidas têm como elemento essencial a criação do Programa Polis –

Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades (Programa Polis) que, com base nas disponibilidades financeiras do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, se propõe desempenhar um papel mobilizador e potenciador de iniciativas que visem a qualificação urbanística e ambiental das cidades.

Para um número crescente de portugueses o ambiente é hoje, em larga medida, o ambiente nas cidades. A vida urbana tornou-se, pois, a fonte de alguns dos principais problemas ambientais sentidos directamente pela população, especialmente no que diz respeito à ausência de espaços públicos de qualidade, à carência de zonas de lazer e ao aumento dos problemas de congestionamento de trânsito com a

correspondente degradação da qualidade do ar e o aumento dos níveis de ruído.

Destaque-se também que nas últimas décadas foram cometidos erros urbanísticos que, por um lado, conduziram à desvirtuação e pulverização dos centros históricos tradicionais e à pulverização das suas várias funcionalidades e, por outro lado, levaram à criação de bairros-dormitório nas periferias das áreas metropolitanas, onde a qualidade de vida é manifestamente insuficiente.

O Programa Polis não visa resolver todos estes problemas, mas pretende mostrar com intervenções exemplares e demonstrativas que não se deve desistir e que é possível intervir e criar espaços de qualidade onde só tem havido abandono e degradação.

Quer no modelo escolhido para a gestão

da intervenção em Beja, quer no escolhido para a gestão da intervenção em Vila Real, surge como relevante a possibilidade de contar com a colaboração de entidades com experiência e conhecimento notórios no âmbito de intervenções de requalificação e reordenamento de espaço urbano, designadamente na elaboração ou concepção dos planos de ordenamento do território subjacentes à intervenção a realizar, ou na designação e coordenação das entidades encarregues da elaboração ou concepção dos mesmos, bem como na coordenação de procedimentos e concursos destinados à execução de trabalhos e obras ou prestação de serviços, sem prejuízo da autonomia contratual de que se encontram dotadas as sociedades constituídas pelos presentes diplomas.

O PS CONTA CONSIGO

Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



PARLAMENTO EUROPEU Seguro condena

PASSIVIDADE INDONÉSIA NO MASSACRE EM TIMOR OCIDENTAL

O camarada António José Seguro, presidente da delegação dos socialistas portugueses no PE, fez no passado dia 7, no Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo, um ponto de ordem sobre os violentos ataques perpetrados contra funcionários da ONU, em Atambua, Timor Ocidental, que resultaram na morte de três dos seus funcionários.

O eurodeputado socialista, que falava na sessão plenária do PE, qualificou este acto como «profundamente indigno e inumano», e condenou a passividade mais uma vez demonstrada pelas forças militares indonésias, face aos bárbaros espancamentos de que foram vítimas os funcionários do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Segundo António José Seguro, estes incidentes são a demonstração clara da «fraqueza da ONU para defender homens e mulheres que apenas lutam pela defesa dos direitos humanos e pela melhoria das condições de vida dos refugiados».

Neste contexto, o eurodeputado socialista solicitou à presidente do PE que manifeste, junto das Nações Unidas, a solidariedade dos parlamentares europeus pelas vítimas de mais este massacre, e para que exprima junto do Governo indonésio a indignação de todos os eurodeputados pelos tristes acontecimentos registados em Timor Ocidental.

Resolução sobre incêndios no Verão

O eurodeputado socialista António José

Seguro foi um dos subscritores da resolução conjunta do PE sobre os incêndios florestais ocorridos na Europa durante o último Verão.

Nesta resolução aprovada no dia 7, são sublinhadas as graves consequências a nível ecológico, económico e até mesmo social resultantes dos incêndios registados em Portugal e na grande maioria dos outros países do Sul da Europa, que dizimaram, com particular gravidade, importantes e vastas áreas florestais.

No documento, os eurodeputados exprimem a sua preocupação pela crescente incidência de condutas de natureza criminosa na origem deste tipo de sinistros e apelam às instituições comunitárias responsáveis, para que adoptem medidas legislativas, ao nível dos incentivos à agricultura, que não conduzam a efeitos perversos, designadamente a incentivos à destruição de florestas para a obtenção de contrapartidas financeiras.

A resolução aprovada em plenário apela ainda à necessidade da definição de uma política clara, séria e concertada com vista à prevenção e combate dos incêndios na Europa, bem como à atenuação dos seus efeitos negativos, através da criação de um Centro Europeu para a Prevenção de Incêndios, ou de mecanismos especializados de coordenação e participação activa e eficaz na luta contra este tipo de situações.

J. C. CASTELO BRANCO

PORTUGAL/ESPAÑA

RELAÇÕES BILATERAIS EM ÓPTIMO ESTADO

O primeiro-ministro, António Guterres, enalteceu segunda-feira, dia 11, «o carácter exemplar das relações» entre Portugal e Espanha, no final de um encontro com o Rei Juan Carlos, em Queluz.

Guterres destacou as boas relações entre Lisboa e Madrid aos níveis da balança comercial, gestão de rios, redes comuns de transportes e cooperação com a América Latina.

«A Espanha é hoje o nosso primeiro comprador e o nosso primeiro fornecedor, enquanto que Portugal passou a ser o seu terceiro cliente, à frente da Itália e do Reino Unido», salientou.

«Por outro lado, temos por acordo entre

os dois governos uma situação exemplar no domínio dos rios, e ainda recentemente o plano hidrográfico espanhol veio demonstrar o carácter exemplar da nossa negociação», acrescentou.

«Temos também uma programação conjunta das auto-estradas que agora se ligam nas fronteiras, onde já temos duas e em breve teremos cinco ligações», disse ainda Guterres, ao mesmo tempo que lembrava a cooperação ao nível dos comboios de alta velocidade.

O encontro entre Juan Carlos e António Guterres prolongou-se por quase uma hora e decorreu no Palácio de Queluz, residência do Rei de Espanha durante a visita oficial que fez iniciou a Portugal.

PARIS

Ministro francês anuncia

LEVANTAMENTO DAS SANÇÕES À ÁUSTRIA



Os 14 parceiros da Áustria na União Europeia levantaram na terça-feira o boicote diplomático imposto à coligação governamental (conservadores-extrema-direita) de Viena.

O anúncio do levantamento das medidas bilaterais - que vigoravam desde Fevereiro último - foi feito através de um comunicado dos 14, difundido pela presidência francesa. No comunicado, os 14 referem o relatório dos três «sábios» enviados a Viena para avaliar a situação, concluindo, entre outros pontos, que «as medidas postas em prática pelos 14 se revelaram úteis» e que «o

Governo austríaco não desprezou o seu comprometimento com os valores comuns europeus».

No entanto, os 14, no comunicado, reiteram a sua intenção de se manterem vigilantes relativamente ao FPOe, partido de extrema-direita liderado por Jorg Haider.

Para os 14, «a natureza do FPOe e a sua evolução incerta é ainda um motivo de séria preocupação», pelo que «consideram que uma vigilância particular deve ser exercida sobre este partido e sobre a sua influência no Governo em que participa».

J. C. CASTELO BRANCO

REUNIÃO

Ministros dos Transportes

TAXAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS EM DISCUSSÃO

Os ministros dos Transportes da União Europeia reúnem-se a 21 de Setembro para discutir a taxação dos combustíveis por iniciativa da presidência francesa da UE.

O anúncio foi feito no dia 11 pela ministra dos Transportes belga, Isabelle Durant. A ministra belga anunciou a reunião durante uma conferência de imprensa dada após um encontro que manteve com os sindicatos do patronato das empresas transportadoras belgas, que exigem a instauração de um «combustível profissional».

O centro de Bruxelas está bloqueado desde domingo pelas associações patronais das transportadoras, numa

altura em que o movimento de protesto pelo aumento do preço dos combustíveis alastra já a vários países, com especial importância no Reino Unido.

Em Paris, um responsável do Ministério dos Transportes confirmou à AFP que o ministro, Jean Claude Gayssot, referira sexta-feira a sua intenção de reunir proximamente - «nos próximos 15 dias» - os seus homólogos europeus.

Todavia, afirmou que a data e local de uma tal reunião não foram ainda decididos.

O mesmo responsável indicou, por outro lado, que vários países europeus reagiram favoravelmente a esta iniciativa francesa.

ONU

Cimeira do Milénio

LÍDERES MUNDIAIS COMPROMETEM-SE A REDUZIR A POBREZA

A Cimeira do Milénio da ONU aprovou na passada sexta-feira por unanimidade a Declaração Final que recolhe os compromissos alcançados durante a reunião, como a redução para metade em 2015 das pessoas que vivem em extrema pobreza. A declaração foi aprovada no final de três dias de debates plenários em que falaram 146 chefes de Estado ou de Governo, que participaram também em mesas-redondas à porta fechada.

No documento, de nove páginas e cinco capítulos, os líderes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio comprometem-se nomeadamente a reduzir a pobreza e a propagação da sida.

Até 2015, os chefes de Estado ou de Governo prometem reduzir para metade a percentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza, com receitas inferiores



a um dólar (231 escudos) por dia, e que não têm acesso a água potável.

Os líderes mundiais comprometem-se ainda a trabalhar para que até 2015 as crianças de todo o mundo possam terminar um ciclo completo de ensino primário e sejam substancialmente reduzidas as taxas de mortalidade materna e mortalidade de crianças menores de cinco anos.

Sida e paludismo

Também dentro de quinze anos, espera-se poder deter e começar a inverter a propagação da sida, o flagelo do paludismo e outras graves doenças que afectam a humanidade.

Por outro lado, os líderes mundiais pedem aos países industrializados que implementem rapidamente o programa melhorado de alívio da dívida das nações

pobres muito endividadas.

No texto, os chefes de Estado ou de Governo comprometem-se também em melhorar a eficácia das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança e em adoptar medidas concertadas contra o terrorismo internacional.

Entre outros compromissos, os líderes mundiais prometem ainda encetar esforços para eliminar as armas de destruição maciça, especialmente as nucleares.

A declaração foi aprovada após terem sido escutados os relatórios dos líderes que presidiram às quatro mesas redondas.

A Cimeira do Milénio, realizada na semana passada, foi o maior encontro de dirigentes políticos da história e visou especificar as prioridades e alterações que a ONU deve efectuar.

GENEBRA

Minas antipessoal

VÍTIMAS APELAM A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL NA SEDE DA ONU

A As minas antipessoal, a «arma dos cobardes», vergonha de nós todos, continua a indignar. A sua erradicação é antes de mais uma obrigação moral e civilizacional de Estados e povos que se querem civilizados.

Os Savimbis e outros senhores da guerra em vários cantos do mundo continuam impunes.

Nações com grandes responsabilidades continuam a produzir as minas antipessoal e não subscreveram a Convenção de Otava de 1997 sobre a eliminação da «arma dos cobardes».

Vinte vítimas de minas antipessoal, da Segunda Guerra Mundial até agora, testemunharam hoje a sua vontade de erradicar definitivamente aquela «arma de cobardes», lançando um apelo à realização de uma conferência internacional na sede da ONU em Genebra.

Os 101 países aderentes à Convenção de Otava de Dezembro de 1997 sobre eliminação das minas antipessoal reuniram-se em Genebra para examinar os progressos realizados desde então, melhorar a sua eficácia no combate ao flagelo e analisar os obstáculos que arandam o seu ritmo de aplicação.

«Cada minuto conta» é o tema da reunião, que recorda que em cada 20 minutos uma pessoa morre ou fica mutilada pela explosão desses engenhos.



Vindos dos cinco continentes, os testemunhos breves e emocionantes foram o momento forte da cerimónia.

Estes homens e mulheres, cuja vida foi destruída pelas minas, seja porque as pisaram ou porque um filho ou um marido foi vítima, estão na maioria envolvidos na campanha mundial contra as vítimas.

Antes deles, a britânica Heather Mills,

companheira do ex-beatle Paul McCartney, antiga manequim e vítima de um acidente de automóvel, exortou os Estados a recusar «o inaceitável» das minas antipessoal.

Todas contaram como um dia pisaram uma mina e a sua vida nunca mais voltou a ser igual e alguns, os mais velhos, não puderam evitar as lágrimas ao recordar factos sucedidos há mais de 50 anos.

A petição comum foi que os Estados e a sociedade civil façam se esforcem para que «os nossos filhos não tenham medo de andar».

Pediram à Assembleia que «redobre a sua acção» a favor das vítimas, para que possam reintegrar-se social e economicamente.

Entre os assistentes à abertura da conferência destacam-se a princesa Astrid da Bélgica, o presidente da Confederação Helvética, Adolf Ogi, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Leonardo Simão, e o ex-beatle Paul McCartney.

Estados Unidos, Rússia, China: grandes produtores

O Tratado de Otava, em vigor desde Março de 1999, conta com 138 Estados signatários e 110 que já ratificaram o tratado.

No entanto, dessa lista estão ausentes países como a Rússia, China, Estados Unidos, Índia, Paquistão e Egipto, principais produtores de minas antipessoal. Diminuições importantes na produção e a quase paragem do comércio de minas não conseguem dissimular que ainda há 250 milhões de minas nos arsenais de 105 países, que provocaram em 1999 novas vítimas em 71 países, salienta o relatório da «campanha contra as minas».

UM MILHÃO DE BILHETES PARA TRANSPORTES COLECTIVOS

Está tudo a postos para o Dia D. Trata-se do «dia sem carros» em que milhares de cidadãos das grandes cidades vão poder usufruir de uma grande qualidade de vida proporcionada pela ausência dos veículos individuais do nosso egoísmo.

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) mandou imprimir um milhão de bilhetes destinados aos passageiros que no «dia sem carros», em 22 de Setembro, optem por viajar em transportes colectivos. A encomenda está a ser distribuída pelos vinte operadores de transportes da Área Metropolitana de Lisboa (AML) que aderiram ao «dia sem carros», que veda uma vasta área do centro da capital a veículos de transporte individual. Os bilhetes estão já à venda em postos das diversas empresas, nomeadamente a CP, Carris e Metro. Cada bilhete custa 300 escudos e dá para viajar em todos os modos de transporte - comboios da CP ou da Fertagus, barcos da Transtejo e da Soflusa, autocarros das transportadoras rodoviárias, e Metropolitano - constituindo o primeiro exemplo de um bilhete multimodal na AML.

350 mil carros por dia invadem a capital

Lisboa é invadida diariamente por mais de 350 mil veículos, com destaque para os provenientes da margem Sul e dos corredores de Cascais (auto-estrada 5 e marginal) e de Sintra.

A Carris foi a transportadora que recebeu mais bilhetes, 330 mil, seguida da CP que destinou aos comboios da Grande Lisboa (Sintra e Cascais) um total de 100 mil.

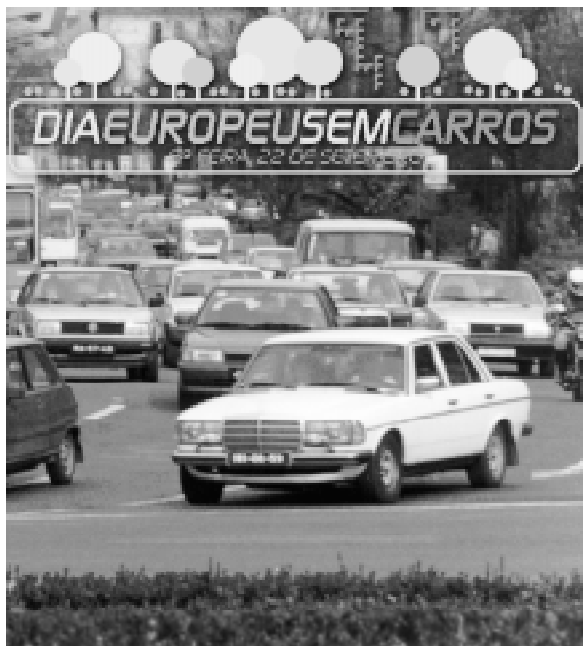
Como a cidade do Porto aderiu também ao «dia sem carros», a CP destinou aos passageiros do Grande Porto 120 mil bilhetes e mais 11 mil para a zona de Aveiro, anunciou a empresa.

A Carris vai ter nas ruas de Lisboa uma frota de 716 autocarros e 47 eléctricos, respectivamente mais 56 e 11 do que habitualmente.

Assim, no dia 22 será possível transportar mais passageiros a velocidades maiores.

A CP reforçará a linha de Sintra com mais três comboios de manhã e outros tantos à tarde e a linha de Cascais com mais dois comboios nos períodos da manhã e da tarde. O Metro, que transporta em média 600 mil passageiros/dia, vai antecipar das 6.30 horas para as 6 horas abertura da rede e «maximizar a oferta com mais 50 por cento de lugares», anunciou a empresa.

A produção dos bilhetes foi uma incumbência da Câmara Municipal de Lisboa (CML), que suporta a maior parte dos custos da



operação do dia 22.

O «dia sem carros» em Lisboa é aproveitado para pintar os pavimentos e passadeiras de peões em certas zonas da cidade, mas também o corredor «bus» que vai funcionar desde o parque de estacionamento com cinco mil lugares junto ao Estádio Nacional até ao Marquês de Pombal.

O parque junto ao Estádio Nacional, activado com pouco êxito, pela primeira vez na perspectiva de equipamento da AML, por ocasião da Expo-98, é o maior parque de estacionamento da região.

O «dia sem carros», que tem a adesão em Portugal de Lisboa, Porto, Aveiro, Leiria, Évora e Sintra, é uma iniciativa de âmbito internacional a favor do ambiente e da qualidade de vida urbana, do incentivo à maior utilização dos transportes colectivos no dia-a-dia e ao uso mais racional do automóvel.

«É também um teste à capacidade das empresas de transporte de passageiros», sublinhou Armindo Cordeiro, chefe de gabinete do vereador do Trânsito, Machado Rodrigues.

Armindo Cordeiro recordou o facto de o «dia sem carros» ter partido de um movimento de âmbito internacional denominado «Cidades livres de carros», criado em 1994, e de que Lisboa foi um dos fundadores.

O movimento, que tem o apoio da União Europeia, organiza com frequência seminários, conferências e reuniões, tendo em vista a promoção de um melhor ambiente e qualidade de vida nas cidades.

Sócrates vai a pé, João Soares de bicicleta

José Sócrates, ministro do Ambiente, vai a pé para o Ministério do Ambiente e João Soares, presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML) «de bicicleta e talvez de Metro» para a Câmara de Lisboa no «dia sem carros» em 22 de Setembro.

A portaria 711-A/2000, que restringe a circulação automóvel nas áreas mais centrais das cidades portuguesas aderentes da iniciativa - Lisboa, Porto, Aveiro, Leiria, Évora e Sintra - foi publicada no dia 4, «no Diário da República».

O diploma começa por justificar a iniciativa do «dia sem carros» considerando «a necessidade de sensibilizar as pessoas e os poderes públicos para incentivar atitudes mais ecológicas e mais saudáveis, nomeadamente na progressiva utilização do transporte público e de veículos não poluentes».

A portaria, da autoria do secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, acrescenta ser «sabido que a poluição atmosférica provocada pela circulação automóvel é um dos graves

problemas ambientais com que se confrontam as nossas cidades».

Em Lisboa, a generalidade dos Ministérios, a Assembleia da República, todos os tribunais superiores e a maioria dos gabinetes dos vereadores da Câmara Municipal de Lisboa ficam localizados na área interdita, salvo algumas excepções, à circulação dos veículos de transporte individual.

Segundo o diploma, só podem circular na área de intervenção, que corresponde genericamente à primeira circular de Lisboa, os veículos de transporte colectivo, veículos sem motor a combustão, as viaturas ao serviço de deficientes motores, de «prestação de socorro urgente» e de polícia, os que transportam «produtos alimentares perecíveis», táxis, as carrinhas de transportes escolares e empresas.

Podem também circular na zona interdita à generalidade dos cidadãos nesta jornada a favor do ambiente e do transporte colectivo, «os veículos que assegurem a realização de serviços de interesse públicos indispensáveis e urgentes».

Os veículos a gás não foram incluídos na lista conforme foi sugerido por organizações ambientalistas por uma razão: precaver o uso de autocarros de veículo a gás que qualquer um pode comprar em carros movidos de facto a gasolina.

Em Lisboa, a zona de intervenção começa a ocidente na Avenida da Cintura do Porto, entre o acesso do viaduto da Avenida Infante Santo e o viaduto de Alcântara-Mar, seguindo pelo viaduto sobre a via férrea junto à estação de Alcântara-Mar.

A linha de demarcação continua pela Rua de Cascais, avenidas de Ceuta, Gulbenkian e Praça de Espanha, Avenida de Berna, Campo Pequeno, avenidas João XXI, Afonso Costa e Arantes e Oliveira, Rua Prof. Mira Fernandes, viaduto das Olaias, Rua Carlos Pinhão, Avenida do Santo Condestável, Estrada de Chelas, Rua Gualdim Pais, Largo Marquês de Niza e, finalmente, o arruamento que liga o largo à Avenida Infante D. Henrique.

TRABALHO

GOVERNO QUER FORMAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TRABALHADORES DE 16 ANOS

O secretário de Estado do Trabalho, Paulo Pedrosa, anunciou no passado dia 8, em Famalicão, que o Governo propôs aos parceiros sociais a criação de uma regra que torne obrigatória a formação profissional dos trabalhadores de 16 anos. «Sempre que uma empresa receba no seu seio um jovem trabalhador sem uma qualificação específica, será obrigatório que ele frequente acções de formação profissional», referiu, salientando que a proposta aguarda uma resposta das associações patronais e dos sindicatos. O governante falava à margem da cerimónia de inauguração do novo centro de Emprego de Vila Nova de Famalicão, um edifício que custou 120 mil contos e que está sediado em pleno centro da cidade. A anteceder a inauguração, Paulo Pedrosa visitou uma exposição sobre os projectos do programa Polis a realizar no concelho e presidiu à cerimónia - organizada pela Câmara local - de boas-vindas aos professores do concelho e a uma homenagem aos que se aposentaram. O secretário de Estado sustentou que «hoje



em dia existem meios financeiros no Quadro Comunitário de Apoio e recursos humanos para que seja desenvolvido um amplo plano de formação profissional no País». O desafio, em seu entender, deve partir do

Governo, mas a concretização terá de caber dos parceiros sociais.

«A economia está num bom momento e as empresas beneficiam dele, pelo que é altura de o aproveitarmos para pensarmos em termos de futuro a formação da mão-de-obra portuguesa», referiu.

Disse que a partir de Outubro, os empresários que recorram a formas de trabalho ilegal serão alvos de coimas e da obrigatoriedade de integrar os trabalhadores.

«Queremos alertar quer os empresários quer os cidadãos que beneficiam dos subsídios sociais para o facto de que os diferentes mecanismos de apoio ao emprego, e os apoios especiais aos cidadãos como o Rendimento Mínimo, o subsídio de desemprego e o apoio a integração social, são direitos que incluem deveres», declarou.

Segundo Paulo Pedrosa, os centros de emprego em todo o país vão actuar de forma a que os empresários não recorram de forma ilegal a contratos a prazo, mas também vão tomar medidas para que todos os que estão a receber subsídios estatais sejam colocados a trabalhar

sempre que haja pedidos de empresas. «As empresas vão dizer aos centros de emprego quais são as carências de mão-de-obra e os técnicos terão que diligenciar para encontrar trabalhadores desempregados com o perfil adequado», referiu, frisando que todos os que recebem apoios estatais terão de aceitar o emprego.

Política activa de emprego

De acordo com o secretário de Estado, «em 1999, os centros de emprego colocaram 70 mil pessoas que recebiam apoios e este ano prevê-se que coloquem mais alguns milhares, no quadro de uma política activa de emprego».

Paulo Pedrosa sublinhou que «em Portugal há um conjunto de cidadãos que vão continuar a ter dificuldades de inserção na vida laboral, já que são cidadãos que se desestruturaram e que não se adaptam de imediato à vida laboral e à hierarquia das empresas».

«Para estes cidadãos, há um conjunto de acções de formação e reinserção que darão frutos dentro de algum tempo», sublinhou.

PROGRAMA POLIS

Beja

REVOLUÇÃO AMBIENTAL E URBANA

A cidade de Beja será «estaleiro de obras» até Junho de 2004, devido aos inúmeros projectos incluídos no Programa Polis, orçado em cerca de sete milhões de contos.

O Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental para Beja (Polis/Beja) foi lançado oficialmente naquela cidade na segunda-feira, dia 11.

O lançamento, cuja cerimónia de apresentação oficial decorreu no Instituto Politécnico de Beja, deverá ser presidido pelo primeiro-ministro, António Guterres, e pelo ministro do Ambiente, José Sócrates. O Programa Polis é uma iniciativa a desenvolver em parceria entre o Governo e câmaras municipais, sendo Beja uma das 18 cidades escolhidas para o integrar.

As obras planeadas para a capital do Baixo Alentejo visam, sobretudo, a requalificação do Centro Histórico e a promoção da qualidade de vida urbana, quer através de intervenções de carácter urbanístico quer ambiental.

O grande objectivo consiste em devolver a cidade e os seus espaços públicos aos habitantes, proporcionando-lhes zonas verdes, áreas pedonais e a recuperação

de edifícios históricos.

Segundo contempla o Polis para o Centro Histórico de Beja, o núcleo onde se situa a grande maioria dos monumentos e que tem sido objecto de alguma degradação, pretende-se qualificar o espaço urbano e dar-lhe uma «maior dignidade face ao carácter cultural e monumental da cidade». Assim, zonas como as praças da República e Diogo Fernandes, os largos de S. João e Santo Amaro, bem como o jardim da avenida Miguel Fernandes vão ser alvo de intervenções.

A construção de um Museu de Sítio na rua do Sembrano, onde existem vestígios arqueológicos, e a recuperação do edifício do Clube Bejense são importantes obras a efectuar no núcleo central, a par de outras na zona das muralhas, para possibilitar a sua fruição colectiva.

O futuro Parque da Cidade, área definida no Plano Director Municipal (PDM), é outro dos vectores principais do Polis/Beja, sendo criado um espaço verde de dimensões consideráveis com um conjunto de equipamentos de lazer, deficitários na localidade.

Previsto para a zona poente da cidade, o projecto está dividido em duas fases,

sendo que a primeira será a imediatamente apoiada pelo Polis: criação de zona lúdica, ligada ao lazer e espaços verdes, e um conjunto de equipamentos como um bar/esplanada, anfiteatro, polidesportivo, parque infantil, estacionamento, entre outros.

Estas intervenções vão possibilitar o surgimento de 13 hectares de área verde que, combinadas com a reestruturação viária prevista das ligações ao centro histórico, vão ainda potenciar o prolongamento da ciclovia já existente (passa de 1,5 para três quilómetros).

A construção de um estacionamento subterrâneo (com 200 lugares) e de um Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental - que irá desenvolver acções de sensibilização e permitir o acompanhamento contínuo dos diversos indicadores ambientais - são mais duas das obras previstas, sem esquecer a beneficiação e reconversão de edifícios patrimoniais degradados.

Trata-se de uma «revolução» que vai fazer com que Beja surja «de cara lavada» dentro de quatro anos e que conta com várias acções para minimizar os impactos das obras: acções de esclarecimento, boletim

e site informativos, decoração de tapumes de obras, brigadas de limpeza, animação do centro histórico, passeios e concursos escolares.

O conjunto de intervenções do programa conta com uma previsão de investimento que ronda os sete milhões de contos, dividido entre apoios comunitários, governamentais, da autarquia, autofinanciamento do Polis e de terceiros.

Durante o lançamento de segunda-feira será também inaugurado o relógio *countdown*, que irá fazer a contagem decrescente do número de dias que faltam para a conclusão das obras (1389) - Junho de 2004.

Ainda assim, o Polis/Beja, cuja constituição da sociedade gestora foi aprovada na última reunião de Conselho de Ministros, conta com várias datas intermédias para as intervenções: Parque da Cidade (primeira fase) - Dezembro de 2003, Centro Histórico - Junho de 2004, ligações entre as duas zonas - Maio de 2004.

A cerimónia de lançamento inclui ainda animação de rua, inauguração do Posto de Informação Polis, um concerto com Sérgio Godinho e um espectáculo de fogo de artifício.

CURRÍCULOS ALTERNATIVOS «SEDUZEM» PUPILLOS

Mais de dois milhões de alunos do ensino básico e secundário iniciaram segunda-feira, dia 11, o ano lectivo 2000/2001. O arranque do ano lectivo prolonga-se até 18 de Setembro e é também válido para as cerca de 230 mil crianças do ensino pré-escolar.

Um dos aspectos marcantes deste ano lectivo são os currículos alternativos que se destinam a alunos em risco de exclusão. A maioria das escolas do ensino básico que decidiu apostar na experiência dos currículos alternativos defende que o programa diminuiu os problemas disciplinares dos alunos que os frequentam e que, em muitos casos, os conquistou para a sociedade.

Criticados por muitos e defendidos por outros tantos, os currículos alternativos surgiram nas escolas portuguesas com carácter de excepção para recuperar os alunos em risco de exclusão, mas o aumento anual de projectos nesta área indicam que vieram para ficar.

Um relatório do projecto no ano lectivo de 1998/99, desenvolvido pelo Conselho de Acompanhamento, indicava que os currículos alternativos, criados em 1996, se têm revelado uma das medidas com maior impacto na luta contra o insucesso nas escolas, o abandono precoce do ensino e a consequente exclusão social.

Anualmente o número de escolas que se candidatam à experiência tem vindo a aumentar de forma significativa.

No primeiro ano, em 1996/97, este projecto funcionou em 135 turmas abrangendo 1650 alunos, no seguinte elevou-se para 275 turmas e 3350 alunos e em 1998/99 para 403 e 5640 alunos.

Este ano lectivo o projecto vai funcionar em 501 turmas chegando assim a 6.450 alunos, provenientes de meios socioeconómicos muito desfavorecidos, de famílias numerosas, desestruturadas e desenraçadas.

Segundo o relatório do Conselho de Acompanhamento, estes alunos assumem comportamentos disruptivos e têm um percurso escolar pautado pela fraca assiduidade, retenções repetidas, abandono escolar, desmotivação para as tarefas escolares e pela falta de expectativas relativamente às aprendizagens e sua utilidade real.

Ao aderirem ao projecto, as escolas agrupam os alunos tomando em consideração as suas características pessoais, o nível etário e, sempre que possível, os seus interesses, principalmente no que se refere à vertente de formação artística, vocacional ou pré-profissional.

O mesmo relatório indica que, apesar de todas as medidas tomadas pelas equipas pedagógicas no sentido de aumentar a motivação pelas aprendizagens, a taxa de



abandono ainda atinge uma média de 10,43 por cento.

Reconhecendo que alguns destes alunos não atingem os mesmos objectivos que outros, Maria Isabel Antunes, responsável por estes projectos no Departamento de Educação Básica, defende que a experiência conseguiu transformar a maioria dos jovens em cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres.

Na opinião da responsável, que entende este programa como a última das últimas oportunidades, a escola cumpre assim uma parte da sua missão conquistando-os para a sociedade em vez de deixar que sejam futuros delinquentes.

Mas na verdade, muitos dos comportamentos desviantes que estes alunos assumiam nos currículos normais são atenuados com a nova experiência, entre os quais a assiduidade.

O relatório indica que predominou a assiduidade elevada, o que reflecte o interesse que a escola consegue despertar nos alunos, quer ao nível dos currículos, quer ainda devido à atitude dos professores e diversificação das estratégias e tarefas a empreender.

Trata-se, pois, de um «jogo de sedução constante» de grande desgaste para os docentes envolvidos no projecto, mas que dá alguns frutos.

Juventude, serão desenvolvidas iniciativas nas escolas, tanto no que diz respeito à abordagem interdisciplinar como aos projectos, que resultem na co-responsabilização de pais, alunos e outros agentes educativos.

Vários materiais de apoio foram já preparados pelo Ministério da Educação e todo o trabalho a desenvolver nas escolas será acompanhado pelo Programa de Educação para a Saúde.

Em Outubro, chega aos estabelecimentos de ensino a circular que dá conta da regulamentação da lei aprovada na Assembleia da República.

Além da formação, que o ministério garante que será dada aos docentes para ministrarem esta matéria, estão já garantidos dois protocolos – um com a Associação do Planeamento Familiar e outro com a Ordem dos Médicos.

A ideia destes protocolos é permitir que os profissionais de saúde possam deslocar-se às escolas para debater com os estudantes problemas da sexualidade e planeamento.

A reforma...

Mas este ano o que estará no centro das atenções da equipa ministerial será a preparação da reorganização curricular do ensino básico e da revisão curricular do ensino secundário.

O novo desenho curricular para os seis primeiros anos de escolaridade entra em vigor no ano 2001/2002 e em 2002/2003 para o 7º ano, estendendo-se progressivamente aos 8º e 9º anos nos seguintes anos lectivos.

Quanto ao ensino secundário, o novo currículo entrará em vigor para o 10º ano em 2002/2003 estendendo-se progressivamente aos 11º e 12º anos nos seguintes anos lectivos. Até 2004/2005 o processo estará generalizado.

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, garante que o novo calendário não é uma resposta à polémica levantada pelos alunos e demais agentes educativos relativamente à revisões curriculares inicialmente propostas.

A equipa ministerial da 5 de Outubro esclarece que a alteração do calendário da entrada em vigor dos vários desenhos curriculares deve-se ao reajustamento de programa, a produção de materiais pedagógicos de apoio e manuais escolares que as revisões curriculares envolvem.

No que respeita à avaliação, está decidido que a avaliação aferida continua este ano lectivo e desta vez não só para os alunos do 4º ano, mas também para os do 6º.

Embora todas estas questões impliquem um grande envolvimento das escolas, o ministro está convencido que tudo decorrerá em tranquilidade.



Abrantes

II Concurso de Música Moderna

O município de Abrantes organizou no dia 6 de Setembro a 2ª edição do Festival de Música Moderna «Tejo on the Rock's».



Ao vivo actuaram dez bandas, que foram seleccionadas de um lote de 53 que se apresentaram a concurso.

Num certame onde a qualidade foi a nota dominante, a banda vencedora foram os Economic Jazz Band. Os Fé Lusitana e os Rockanne ficaram, respectivamente, no 2º e 3º lugar. Os três grupos receberam prémios pecuniários.

Albufeira

Praias Desportivas 2000

Mexa-se mais! Este foi o desafio que a autarquia lançou este Verão através do programa de animação de praia que decorreu nas praias dos Salgados, Pescadores, Rocha Baixinha e Falésia.



A iniciativa teve por objectivo proporcionar umas férias mais agradáveis aos turistas e uma saudável ocupação dos tempos livres a crianças e jovens do concelho, no período das férias escolares.

Desportos de raquete, beach volley, basket de praia e jogos infantis foram algumas das modalidades que integraram o programa.

Amarante

Concurso para parque desportivo

A Câmara Municipal de Amarante aprovou o projecto do parque desportivo de Vila Meã, depois de concluída a primeira fase daquele equipamento, constituída pela modulação do terreno e constituição de plataformas.



O projecto prevê a construção de dois campos de jogos para a prática de futebol de onze, sendo um deles relvado; bancadas para 3050 espectadores; edifício para vestiários; balneários e serviços administrativos e técnicos.

No projecto estão também contemplados o arranjo paisagístico e vedação do terreno, bem como a conclusão e pavimentação dos acessos e parqueamentos públicos.

Cascais

Levantamento do património histórico e cultural

A Câmara Municipal de Cascais adquiriu à Fundação Cascais um levantamento exaustivo do património histórico e cultural do concelho, no valor total de 5500 contos.



Este levantamento é constituído por uma base de dados por freguesia com a totalidade dos edifícios, monumentos ou conjuntos com importância para a compreensão das características patrimoniais do município, abordagens monográficas às localidades e os temas

com importância para a caracterização das especificidades patrimoniais do concelho de Cascais.

Chave da vila para Jorge Amado

A autarquia presidida por José Luís Judas atribuiu o título de cidadão honorário do concelho ao escritor Jorge Amado.

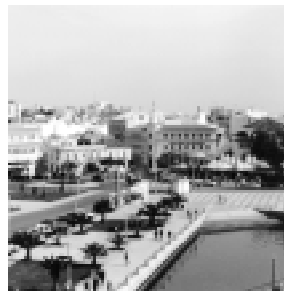
Com este título, a autarquia pretendeu distinguir o escritor universal, brasileiro e português com registo lavrado no coração de todos os portugueses. Residente no Brasil, tem, no entanto, no Estoril uma das suas «segundas» moradas.

Autor de dezenas de livros, de diversos géneros literários, traduzidos em várias línguas, e alguns deles celebrizados entre nós pela respectiva adaptação em filme ou a novelas, Jorge Amado é um dos mais populares e universais escritores de língua portuguesa.

Faro

Mais habitação social

Este mês deverão ficar concluídos os 72 fogos de habitação social destinados ao realojamento de famílias carenciadas, inseridos nos 149 fogos da Urbanização Municipal de Santo António do Alto, os quais representam um esforço financeiro da autarquia de cerca de um milhão e trezentos mil contos.



A obra teve dois objectivos: o realojamento das famílias residentes no antigo bairro da Atalaia e a requalificação urbana de toda a zona onde estão a ser construídos.

Vila Real de S. António

Espectáculo de danças andaluzas

O município de Vila Real de S. António organizou no dia 8, no Centro Cultural António Aleixo, o espectáculo «Soniquete Flamenco», durante o qual foram apresentados os sons, danças e cantares da vizinha Andaluzia.

O espectáculo contou com a participação de cerca de uma dezena de bailarinos, cantores e guitaristas.

Coimbra

Câmara investe 15 mil contos em Jardim dos Poetas vivos

A Câmara de Coimbra vai investir 15 mil contos na requalificação estética do Penedo da Saudade, baseada em símbolos, mitos e memórias das ideologias literárias da cidade, anunciou o presidente da autarquia, Manuel Machado.



O projecto para o denominado Jardim dos Poetas inclui o melhoramento das zonas verdes e a instalação de novos bancos para aquela área, sem interferir com os existentes. O Presidente da República, Jorge Sampaio, inaugurou na semana passada naquele espaço de lazer um busto de Eça de Queirós, no âmbito das comemorações dos 100 anos da morte do autor de «Os Maias».

Numa conferência de Imprensa, Manuel Machado disse que foram já encomendados para o local, ao escultor Francisco Simões, os bustos de Miguel Torga, Sá de Miranda e Edmundo Bettencourt.

Cada uma destas peças custará entre 3000 a 5000 mil contos.

O busto de Eça de Queirós, que se juntou ao de António Nobre, foi também esculpido por Francisco Simões.

Para o Penedo da Saudade, um dos lugares mais emblemáticos da cidade, vão ser ainda transferidos os bustos de Antero de Quental, Afonso Duarte e Camilo Pessanha, que se encontram no Parque de Manuel Braga, na Casa Municipal da Cultura e no Jardim da Sereia, respectivamente.

Deste espaço ao ar livre, fazem parte uma Sala de Leitura - onde serão colocadas lajes com poesia, um local para «reconhecer um verso ou meditar sobre o sortilégio da Poesia» - e uma Sala de Tertúlia - «onde os poetas conversam animadamente uns com os outros, permitindo a quem esteja ouvir e conversar com eles».

Vão ser também representados outros poetas que passaram pela cidade, como Teixeira de Pascoaes, José Régio, Fialho de Almeida e Francisco Rodrigues Lobo, além de autores contemporâneos, como Manuel Alegre.

Manuel Machado assegurou que o Jardim dos Poetas «não será um Clube dos Poetas Mortos», sendo intenção da Câmara Municipal promover no local iniciativas com a participação de poetas vivos, na Sala de Tertúlia.

Na sessão, Vasco Pereira da Costa, escritor e director do Departamento de Cultura da Câmara Municipal, leu textos de diversos autores alusivos a Coimbra e ao Penedo da Saudade.

PS EM MOVIMENTO

BRAGA

Moção de José Ribeiro

O candidato à liderança da Federação de Braga do PS José Ribeiro disse no passado dia 7, em Braga, que «os socialistas e o país reclamam um novo fôlego político ao secretário-geral do partido e primeiro-ministro António Guterres».

«Os tempos não estão muito fáceis para o nosso governo e, por isso mesmo, temos de estar preparados e unidos», afirmou, sublinhando que «o PS não se pode acomodar a viver dos rendimentos políticos resultantes do poder que hoje exerce».

O candidato, que preside à Câmara Municipal de Fafe e à Comissão local do partido, apresentou em conferência de Imprensa, a sua moção de estratégia para as eleições federativas que decorrem em Outubro e onde vai enfrentar o autarca de Cabeceiras de Basto, Joaquim Barreto.

Para José Ribeiro «o PS tem de ser capaz de reformular o Governo e algumas das suas políticas, de forma a poder continuar a responder aos anseios e às necessidades concretas dos portugueses».

«O PS detém, como nunca acontecera antes em democracia, a maioria em todos os poderes electivos, tem a maioria das câmaras, o Governo e a Presidência da República o que lhe traz um grande desafio face à sociedade portuguesa», afirmou.

Para o autarca, «é preciso reconhecer que será difícil aos socialistas aumentar a sua influência no país nos próximos anos e que a manutenção da actual situação de predomínio político é um objectivo de difícil alcance».

Anónimos e «barões»

Prometendo uma nova dinâmica para a Federação, que acusa de perda de influência junto dos órgãos centrais do partido e do Governo, José Ribeiro disse que tem o apoio de muitos socialistas anónimos, alguns dos quais não o afirmam publicamente por medo de represálias dos «barões do partido» que apoiam a candidatura de Joaquim Barreto.

FAUL

Candidatura de Armando Ramalho

A apresentação da candidatura do camarada Armando Ramalho à FAUL foi feita no dia 20, em S. Pedro de Alcântara; ao presidente da Comissão Organizadora do Congresso, que se realiza em Lisboa, no dia 7 de Outubro.

Segundo um comunicado da candidatura de Armando Ramalho, a sua candidatura «é desde já uma vitória do PS e da democracia interna numa batalha contra um aparelho fechado», bem como «contra a inércia que uma política de abandono da FAUL afastou uma boa parte dos seus militantes».

Armando Ramalho considerou ainda que «o período em que um pequeno número de dirigentes acumulava inúmeros cargos chegou ao fim».



MARCO DE CANAVESES

PS acusa Ferreira Torres

A braços com uma inspecção do IGAT devido a diversas ilegalidades, o inenarrável autarca do PP, Ferreira Torres, conhecido pelo seu estilo caciqueiro, caceteiro, pimba e ultra-«kitch», foi alvo de um comunicado oportuno dos socialistas de Marco de Canaveses que não se têm cansado de denunciar as inúmeras tropelias antidemocráticas deste autarca à boa maneira da velha direita ultramontana.

Assim, a Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Marco de Canaveses acusou no dia 7 o presidente da Câmara Municipal, Avelino Ferreira Torres, de «ser um agitador da ordem pública».

O PS do Marco de Canaveses considera que a conferência de Imprensa do presidente da Câmara «foi uma afronta à democracia, ao ser transformada num comício».

«É intolerável a forma como o mesmo [Avelino Ferreira Torres] trata e ataca as pessoas, incluindo os nossos governantes», afirmou o líder dos socialistas locais, José Neves, em conferência de Imprensa.

Ilegalidades e caos urbanístico

O PS/Marco de Canaveses acusou também o autarca de proferir ataques à imprensa, ao PS e ao Governo em vez de explicar à população do seu concelho «que o resultado da inspecção da IGAT [Inspeção Geral da Administração do Território] não é mais do que o apuramento dos factos, em que fica provado que as ilegalidades existem».

O camarada José Neves afirma que Ferreira Torres tem praticado em Marco de Canaveses diversos erros de gestão urbanística, aprovando «construções sem critério», numa cidade «cheia de defeitos, com construções feitas no espaço destinado às pessoas».

PENHA DE FRANÇA

Eleição do Secretariado

Os militantes da Secção da Penha de França vão escolher no próximo dia 20 os seus órgãos dirigentes.

Assim, no período compreendido entre as 18 e as 23 horas, nas renovadas instalações da Secção da Penha de França, os militantes vão às urnas para eleger a Mesa da Assembleia Geral e do Secretariado.

PORTO

Narciso Miranda à frente

O camarada Narciso Miranda afirmou no dia 8 que já tem garantidos 33 por cento dos delegados ao Congresso Distrital do Porto do PS, contra apenas sete por cento do seu adversário, Francisco Assis.

Em conferência de Imprensa, o recandidato a presidente da Federação Distrital do Porto do PS explicou que contabilizou naquelas percentagens os delegados por inércia de cargo e os que serão eleitos nas estruturas do partido em que só concorre uma lista.

Narciso Miranda referiu que, segundo dados da Comissão Organizadora do Congresso, os seus apoiantes entregaram até ao último dia do prazo) listas concorrentes a 95 das 96 estruturas do PS/Porto, contra apenas 78 de Francisco Assis.

Contabilizando as estruturas em que concorre apenas uma lista, Narciso Miranda tem 19,1 por cento dos delegados e Francisco Assis 1,6 por cento.

«Estes números dão-me uma enorme responsabilidade», salientou Narciso Miranda, considerando «um dado incontornável» a sua previsível vitória no congresso dos dias 22 e 23.

O líder do PS/Porto garantiu que a sua candidatura «não vai gastar muitas energias no combate interno», sublinhando que os seus opositores são a «direita, o PSD».

Narciso Miranda disse ainda que comparando a sua moção com a apresentada por Francisco Assis só encontrou duas diferenças.

E ambas sobre o posicionamento face às eleições autárquicas de 2001: a «discreta» abertura a coligações com o PCP e a concentração na distrital da escolha dos candidatos. O líder do PS/Porto reafirmou que vai seguir os estatutos do partido, ao atribuir às concelhias, em articulação com a distrital, a escolha dos candidatos às autárquicas e que o PS vai a estas eleições «com o seu projecto, as suas propostas e o seu símbolo». Sobre as críticas dirigidas à sua candidatura por Francisco Assis, Narciso Miranda referiu que «as declarações de intenções têm de ser testadas e devem ter consequência» e que «a incontinência verbal não é necessariamente racional».

A conferência de imprensa contou com a presença de alguns dos principais apoiantes da recandidatura do líder do PS/Porto, entre os quais Orlando Gaspar, Manuel Seabra, Barbosa Ribeiro e Mário de Almeida, que garantiu que está do lado de Narciso Miranda «mais do que estava antes da apresentação das candidaturas».



VISITE
O SITE
DO PARTIDO
SOCIALISTA

<http://www.ps.pt>

PERSPECTIVA

José Barros Moura



O PAÍS RELATIVO*

A CRISE SEGUE DENTRO DE MOMENTOS

“País onde qualquer palerma diz - Não, não é para mim este país!”

Alexandre O'Neill, Feira Cabisbaixa

À primeira dificuldade séria do Governo veio ao de cima o oportunismo de uma Oposição que só preza a conquista do poder e não os interesses das pessoas. Não há razão para que o PS reaja simetricamente com se estivesse derrotado. O que se lhe exige é uma atitude de combate, com base no seu próprio programa.

O Governo baseia-se numa maioria clara, eleita há um ano, as Oposições estão tolhidas de contradições e de conflitos internos (no PSD todos combatem entre si e só a pressão populista do PP determina a linha, cada vez mais radical, da direcção; o PCP está dilacerado entre «renovadores» e «ortodoxos»), a situação económica, como a descida da taxa de desemprego comprova, é favorável apesar da alta das taxas de juro e dos preços do petróleo no mercado internacional. As sondagens continuam a dar o PS como opção maioritária (38 por cento!), muito à frente do seu principal adversário. Apesar disso, toda a gente começou a falar de crise política e cenários de queda do Governo e de eleições antecipadas, apesar

de se saber que a Constituição não permite a dissolução da Assembleia no último semestre do mandato do Presidente da República.

O único elemento de verosimilhança resulta do empate parlamentar e da possibilidade que ele dá à coligação negativa das Oposições de impedirem a aprovação do Orçamento, sendo certo que o Governo não pode ser obrigado a aplicar opções orçamentais impostas pela Oposição que desnaturem o seu próprio programa. É a essa luz que interpreto a famosa opção do primeiro-ministro pela «espada» no caso de as Oposições, recusando o diálogo sobre o Orçamento, o encostarem à «parede». E os alertas contra os inconvenientes da governação por duodécimos, se forem irresponsavelmente recusadas as ideias fundamentais do Governo. A única estratégia plausível das Oposições todas é colocar o Governo na impossibilidade de governar, num momento em que a Assembleia não pode ser dissolvida, para o desacreditar e desgastar, à espera de que o eleitorado, perante o impasse e o agravar dos problemas, se disponha a apoiar uma mudança de maioria. Trata-se de uma forma de não aceitar os resultados eleitorais, provocando a ingovernabilidade do país.

Não surpreende a atitude do PSD e do PP que não exprimem apenas as suas ambições clientelares de poder. Eles dão voz à direita dos interesses que considera intolerável a

presença dos socialistas no Governo, pois não suporta ter de negociar com um partido de profundas raízes populares que, apesar de tudo, tem realizado um programa de regulação económica com «consciência social». É ouvir Ferraz da Costa a «decretar» eleições antecipadas, por não lhe agradar a política económica do Governo. É ver a satisfação de analistas da direita pelo facto de o Governo «não ter sido convidado» para a «festa do ano» em que terão sido gastas centenas de milhar de contos (não sei se membros do Governo foram ou não convidados, fiquei satisfeito por não se terem exibido). É ver a divulgação pública das análises distorcidas do BES contra a política económica do Governo. Esta assumida atitude de incomodidade pela presença dos socialistas no Governo mostra, por um lado, que não deveria haver ilusões (como algumas que infelizmente influenciaram a conduta do Governo) sobre os apoios do “grande capital” (lembram-se dos conciliábulos de Bicesse com que alguns julgaram poder substituir a abertura à sociedade proporcionada pelos Estados Gerais?). Mas mostra também que a governação socialista desagrada a esses sectores na medida em que não faça tábua-rasa dos seus valores.

Compreende-se que o PCP e o BE não possam limitar-se a avaliar uma política expressa no Orçamento. Mas é necessário colocá-los perante as suas responsabilidades:

pretendem eles abrir caminho a uma nova AD? Regressaram ao quanto pior melhor que, historicamente, também inspirou o derrube do primeiro Governo de Mário Soares?! Acham sinceramente que um Governo da direita faria uma política idêntica à do PS? Ou melhor, acham que conseguem convencer disso o seu próprio eleitorado que tem memória do cavaquismo e, antes dele, da AD? É que, por muitos erros que o Governo PS tenha feito, os portugueses retêm este período como positivo, pela distensão na sociedade (só a direita está a suspirar pelo autoritarismo de um chefe!) e pela melhoria das condições de vida.

O que o Governo não fez foram as rupturas exigidas pelo seu programa de reforma económica e de modernização do país com mais justiça social.

Na primeira dificuldade séria do Governo - por razões de conjuntura económica internacional - veio ao de cima o oportunismo de uma Oposição que só preza a conquista do poder e não os interesses das pessoas. Não há razão para que o PS reaja simetricamente como se estivesse derrotado. O que carece é de uma atitude de combate, na base do seu próprio programa (e não de uma suposta viragem à esquerda). De uma nova abertura à sociedade que não se confunde com populismo ou eleitoralismo, mas sim com a vontade de reformar a política para vencer o afastamento dos cidadãos.

in «Diário Económico»

OE

Edite Estrela



O PARADOXO DE OPOSIÇÃO

O PSD e o PP já declararam que vão votar contra o Orçamento de Estado (OE) para 2001. O que é extraordinário, porque tal afirmação é proferida antes de conhecerem a proposta do Governo, que só deverá ser entregue na AR no dia 16 de Outubro.

É o mesmo que afirmar que não se gosta de um livro que nunca se leu, de um filme que nunca se viu, de um prato que nunca se experimentou... e os exemplos poderiam continuar para demonstrar o absurdo de tal posição. E, no entanto, ninguém estranha, crítica, denuncia.

Parece que se trata de um jogo do faz-de-conta de regras viciadas, mas por todos consentidas. De facto, os cronistas, comentadores e analistas, perante a apregoada intenção do dr. Barroso e do dr. Portas de chumbarem o OE, desenvolvem o tema, fazem previsões, traçam cenários, como se o desconhecimento do teor da proposta fosse irrelevante paradoxo de oposição.

Dir-me-ão que nada disto é inédito, que a cena se repete anualmente, com variação apenas dos actores envolvidos.

Recorrentemente, por esta altura, quando os partidos realizam os comícios da chamada

«rentrée» política e, antes de serem divulgadas sequer as linhas-mestras do OE, os portugueses ouvem uns a dizerem sem hesitações que votam contra e outros que talvez, em função dos interesses em presença.

Mas, espanto dos espantos, poucos são os que fazem depender o sentido de voto do valor intrínseco da proposta, os que cuidam de saber se o Orçamento é bom ou mau para o país e para os portugueses.

Se o assunto fosse tratado com a seriedade que merece, só depois de o documento ser bem analisado é que se justificaria que dissessem «não» e explicassem porquê.

A menos que haja o entendimento de que ser oposição significa rejeitar sistematicamente tudo o que seja proposto pelo Governo.

A ser assim, pergunta-se: onde está o sentido de Estado? E o interesse nacional? E as promessas eleitorais?

A aprovação do OE transformou-se num psicodrama a partir do momento em que no Parlamento deixou de haver maiorias absolutas.

Esta originalidade portuguesa não tem paralelo em qualquer outro país europeu.

Na Grã-Bretanha, na Espanha e na Grécia, por

exemplo, os partidos vencedores obtiveram maiorias absolutas.

Na Alemanha, na França, na Itália, Bélgica e na Áustria há governos de coligação que têm garantidos os votos necessários para serem aprovadas as suas propostas.

Portugal é caso único de governo minoritário. Especial, portanto, e irremediável, porque não se vislumbra hipótese de entendimento duradouro com qualquer formação política da oposição.

Com o PSD em deriva como na peça de Pirandello com seis personagens, que o mesmo é dizer seis putativos candidatos, à procura da liderança, nada de sério se pode esperar daquela proveniência.

Para a direcção do PSD o que conta não é o país, mas a ansia de poder.

O PP não é fiável, promete tudo porque sabe que não terá de cumprir nada.

O PCP atravessa a maior crise de identidade de que há memória, pelo que não se sabe quem representa o quê.

«Os Verdes» não passam de uma criação dos comunistas para justificar a sigla CDU.

O Bloco de Esquerda tem posições extremistas em relação a algumas áreas em que o PS é relativamente moderado.

Neste contexto, resta a possibilidade de acordos pontuais em relação a propostas concretas. Ora, em relação ao Orçamento, não é aceitável que o Governo faça cedências a ponto de desvirtuar o programa que mereceu a confiança dos portugueses.

Se o OE não for aprovado, que pode acontecer?

O mais provável é que haja eleições antecipadas, com graves prejuízos para a maioria dos portugueses. Funcionar com duodécimos equivale a paralisar o país.

Os funcionários públicos e os reformados não poderão ser aumentados.

As regras da tributação fiscal não poderão ser alteradas. As transferências para as autarquias não crescerão.

Não poderão ser lançadas novas obras públicas.

A execução do IIIQCA ficará prejudicada.

Acrease que os actos eleitorais ficam caros ao erário público. E todos estes prejuízos para quê? Para nada, porque vai ficar tudo na mesma.

É bom que Governo e oposições pensem nisto antes de se precipitarem e cometerem erros de que venham mais tarde a arrepender-se.

in «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Arruada em Albufeira

O IV Festival de Gastronomia de Albufeira começa este domingo, dia 17, prolongando-se por uma semana, até ao dia 24.

Uma arruada com a Banda da Sociedade Filarmónica Silvense realiza-se, no sábado 16, a partir das 20 horas, e com o percurso traçada para a Pau da Bandeira, Av. 25 de Abril, Largo Duarte Pacheco e Av. da Liberdade

A exposição de escultura «Formas do Mar», de Joaquim Pargana, está patente ao público, até ao final deste mês, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros. A mostra pode ser visitada diariamente (excepto domingos e feriados), entre as 17 e 30 e as 23 horas.

Eça em Coimbra

Na Torre D'Anto, no espaço cultura «Memória da Escrita», decorre, até ao fim do mês, a mostra «A Coimbra de Eça de Queirós».

A exposição pode ser visitada de terça a sexta-feira, das 10 horas às 12 e 30 ou das 14 às 19 horas, e aos sábados entre as 14 e as 19 horas.

Folclore em Fafe

O III Encontro de Folclore do Vale do Ave arranca amanhã e prolonga-se até ao domingo.

Com a participação de um vasto conjunto de grupos folclóricos, o evento decorre, amanhã e na sexta-feira, a partir das 21 e 30. No domingo, o encontro acontece mais cedo (16 horas), sempre na Arcada.

Mosaicos em Faro

O Faroshopping acolhe, até ao próximo dia 22, a mostra dos trabalhos sobre mosaicos de Petra Kartak.

Música em Guimarães

Amanhã, a partir das 10 e 30, durante o espaço cultural infantil «Hora do Conto», da Biblioteca Municipal Raúl Brandão será evocada a história do «Sem-barba e a sua Princesa», da autoria de Ricardo Alcântara. O encontro repete-se, no mesmo local e horário, na quarta-feira, dia 20.

O concerto final da 4.ª edição dos Cursos internacionais de Música de Guimarães acontece este domingo, dia 17, às 15 e 30, no Paço dos Duques de Bragança, com entrada livre.

Bossa-Nova em Lisboa

Uma das mais respeitadas, notáveis e corajosas cantoras britânicas, June Tabor, actua, amanhã, sexta-feira 15, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, a

partir das 21 e 30. Um dia depois (sábado), no mesmo local e horário, apresenta-se Bebel Gilberto, numa nova forma de interpretação da Bossa-Nova.

Encontram-se patentes ao público, na Biblioteca-Museu República e Resistência, até ao dia 30, as mostras «Memórias do Chile» – Fotografias de Armindo Cardoso – e «O Sabor dos Cafés – Cafés de Lisboa».

Artes na Lousã

Os trabalhos artísticos de Ana Filipa Quaresma estão em exibição, até ao dia 25, no átrio da Biblioteca Municipal.

Ritmos tradicional em Macedo de Cavaleiros

A autarquia local promove, amanhã e no sábado, dia 16, o primeiro Festival Internacional de Música Tradicional. O programa deste evento inclui animação de rua, espectáculos e conferências.

Paralelamente a este festival, decorre uma feira etnográfica, que contará com a presença de artesão de todo o País e do estrangeiro.

Uvas em Miranda do Corvo

A Festa das Vindimas acontecem este fim-de-semana (dias 15, 16 e 17), nas ruas da localidade de Lamas, a partir das 14 horas.

Desporto em Montemor-o-Velho

O III Clínic Basquetebol realiza-se este domingo, dia 17, no Pavilhão Municipal. No mesmo dia, a partir das 10 horas, não perca o Encontro Concelhio de Jogos Tradicionais, no Centro Social e Cultural da Bunhosa.

Bienal em Paços de Ferreira

A I Bienal Internacional de Design de Mobilário de Paços de Ferreira - Mobilis

2000, que inclui um concurso de design cujo primeiro prémio é de quatro mil contos, vai decorrer entre 17 e 30 de Setembro. Na bienal será homenageado o mestre Sena da Silva, considerado pioneiro do design em Portugal. A sua obra, nas áreas da arquitectura e do design, será publicada num catálogo que pretende ser «um manual do bom senso na arte de projectar». O evento decorrerá no Edifício do Parque de Exposições da Capital do Móvel.

Arte em Portimão

A mostra «Arte na Cidade» encontra-se aberta ao público, até ao dia 30, na Casa Manuel Teixeira Gomes, contando com trabalhos de Zé Ventura, Vila, Stela Barreto, Franco Charais, Arlindo Arez, Bruno Rosalves e Zé Maria Pereira.

Espectáculos no Porto

As ruas do Porto são palco, a partir de hoje, das actuações de dezenas de grupos de vários continentes integrados no projecto «Frestas – A Cidade é um Palco».

O «Frestas» pretende transformar as ruas do Porto durante quatro dias, de modo a que a cidade se integre no movimento europeu de reflexão e trabalho para a cultura na rua.

Para tal, um total de 25 grupos e performers de 12 países da Europa, América do Norte e Latina e Austrália actuarão em vários pontos da cidade, com o objectivo de surpreender e envolver os transeuntes. O festival, que encerra dia 17, prepara entretanto o festival para 2001, ano em que o Porto é Capital Europeia da Cultura.

Celebração em Sintra

A Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra alberga, até ao próximo dia 27, uma exposição de pintura, da autoria de Jayr Peny, intitulada «Celebração».

A mostra poderá ser apreciada, de terça a sexta-feira, das 9 às 12 horas e entre as 14 e as 18 horas. Aos sábados e domingos, a Galeria abre pelas 14 e 30, encerrando às 19 horas.

SUGESTÃO

World Press Photo

A exposição «World Press Photo», que apresenta ao público as imagens que marcaram o ano de 1999, está em exibição, até ao final do mês, no Centro Cultural de Belém (CCB).

Esta exposição, que se realiza pelo sexto ano consecutivo no CCB, tem registado grande êxito, tendo sido visitada em 1999 por mais de 32 mil pessoas.

A mostra apresenta um conjunto de fotografias premiadas num concurso internacional onde fotógrafos ligados ao jornalismo apresentam trabalhos subordinados aos seguintes temas: artes, desporto, retratos, vida quotidiana, ciência e tecnologia, ambiente e natureza, notícias locais, notícias gerais e pessoas nas notícias. «World Press Photo» é um evento promovido pela Fundação do mesmo nome, uma organização independente, sem fins lucrativos, cujo principal objectivo é promover a liberdade de imprensa a nível mundial, apoiando e fomentando o fotojornalismo.

Este ano de entre 42.215 fotografias apresentadas a concurso uma foi premiada como a foto de 1999. Trata-se de um trabalho que retrata um homem ferido a percorrer as ruas de Kukes, na Albânia, um dos maiores pontos de encontro dos refugiados de etnia albanesa que fugiam da violência do Kosovo.

A não perder!

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Música

*Música do domingo,
vai-te embora... vai-te embora!...*

*Não acordes lembranças
dos domingos de outrora
— pegadas já sumidas
na poeira dos anos
pelas estradas fora...—*

Não quero acreditar nos desenganos!

*Música do domingo,
vai-te embora... vai-te embora!...*

Saúl Dias

Encontros Mágicos
18 a 24 de Setembro

IV FESTIVAL DE MAGIA DE COIMBRA
Teatro Académico de Gil Vicente
Três galas de Magia • Magia de Rua
Exposições • Conferências

I SIMPÓSIO DE ARTE MÁGICA
Feira Mágica • Workshops
Espectáculos



A CATÁSTROFE!

O PSD está decididamente de cabeça perdida. A sobrevivência do seu Presidente não é um valor em que alguém, de juízo, possa apostar conscientemente. Para não ser destruído lentamente no interior do seu próprio partido, resta-lhe dar um salto irresponsável em frente, procurando ganhar algum espaço de manobra.

Se não for bem sucedido, quem vier atrás que feche a porta.

A instabilidade política é, assim, a salvação possível do Dr. Durão Barroso.

Assim sendo, e porque assim é, torna-se fundamental passar para a opinião pública a existência de um cenário de catástrofe. Catástrofe na segurança, catástrofe no ensino e na saúde, catástrofe da vida política em geral e, sobretudo, na economia.

Mas afinal, o que é que se passa na situação económica do País?

O Governo negociou, no quadro das suas obrigações comunitárias, um cenário de referência e enquadramento para os próximos anos que é conhecido como o Programa de Estabilidade e Crescimento. Naturalmente, elaborou políticas anuais no domínio económico, no domínio financeiro e no domínio social, ajustadas a esse Programa.

Os grandes objectivos (qualitativos) do Governo em matéria económica podem sintetizar-se da seguinte forma:

- continuação do crescimento real do rendimento das famílias;
- crescimento económico significativo;

- reforço do peso das funções sociais na despesa pública;
- crescimento do emprego.

Para o ano corrente (2000) estes objectivos encontram-se quantificados na política orçamental e no respectivo cenário macroeconómico de enquadramento e, nomeadamente, traduzem-se na manutenção de um nível moderado de crescimento dos preços (2%), num défice do SPA não superior a 1,5% e, na criação de condições, para aproveitar até ao fim da sua vigência (2006), todos os fundos do III Quadro Comunitário de Apoio.

Quando da apresentação do Orçamento, quer o Governo, quer o Grupo Parlamentar do Partido Socialista anunciaram que os objectivos propostos, sendo perfeitamente exequíveis, correspondiam a um risco elevado.

Que pode hoje dizer-se sobre a evolução económica e financeira do corrente ano?

Em 1º lugar, que se verifica e cumpre inteiramente o propósito de promover o crescimento do emprego e reduzir, conseqüentemente, de maneira drástica, o número dos desempregados e excluídos. Em 2º lugar, que apesar de algumas dificuldades decorrentes da tardia aprovação dos regulamentos, tudo aponta para que, ainda durante este ano, se verifique um elevado volume do investimento público, desencadeando desta forma o esforço nacional necessário para o integral cumprimento do III QCA.

Em 3º lugar, que o crescimento da economia em geral será superior a 3% (o que é

significativo) embora, eventualmente, tal crescimento não se traduza numa indispensável convergência real com as economias europeias.

Em 4º lugar, que o défice do SPA se situará abaixo do 1,5% do PIB, apesar das dificuldades de execução orçamental decorrentes de uma estratégia política de estabilidade da tributação sobre a energia e de também estar a decorrer um processo de ajustamento controlado da economia portuguesa. Em 5º lugar que o nível geral de preços crescerá, em média anual, ligeiramente acima dos 2,5% o que sendo superior ao esperado, não põe em causa a continuação do crescimento real dos salários, cujas negociações assentaram em valores mínimos de precisamente 2,5%.

Não há, pois, qualquer indicio de catástrofe económica.

Há sim um período de ajustamento estrutural indispensável, mas apesar de tudo pouco doloroso, da estrutura produtiva nacional, cujos resultados (bons resultados) serão sentidos a curto prazo.

Acréscimo ainda que o Governo desencadeou finalmente a Reforma Fiscal e que além do mais, tal se traduzirá num considerável desagravamento dos trabalhadores e no crescimento razoável da eficiência tributária. Neste quadro, validado pela sociedade em geral, que não identifica no seu dia-a-dia qualquer sinal de catástrofe económica, as iniciativas do PSD e, nomeadamente, a moção de censura ao Governo que apresentou, devem ser entendidas como gestos de desespero irrelevantes e irresponsáveis.

«Creio que é a hora de tocar a reunir e de lutar. Dentro do PS contra a acomodação e a desidentificação.

Manuel Alegre
Expresso, 9 de Setembro

«A remodelação é um falso problema, o essencial é a política»
Idem, ibidem

«A questão é de saber se ainda há uma esquerda no PS capaz de contrabalançar a influência de um núcleo fundamentalista acantonado na direcção e no Governo. Dizem-no duro, mas é ideológica e politicamente mole, espécie de terceira via, que não dá a cara, mas para quem o poder pelo poder vale todas as derivas»
Idem, ibidem

«No nosso "Grande Irmão", a selecção dos 12 tristes é uniforme e explícita: eles, com excepção de um pedreiro de Barrancos, são todos meninos de verdes anos, culturistas e exibicionistas; elas são todas meninas muito frescas, muito dadas, à procura de "novas experiências"»
Miguel Sousa Tavares
Público, 8 de Setembro

«O pequeno universo deste Big Brother é apenas a representação imbecil de uma certa juventude pequeno-burguesa e urbana, chocante na sua ignorância e agressiva no seu narcisismo exibicionista – o padrão da "cultura bué"»
Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA, Rua

Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,

Rua Táscoa 4º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

